



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP

banrisul

10 anos do impedimento de Dilma

Há pouco mais de duas semanas, fez dez anos a sessão da Câmara que decidiu iniciar o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Vários aspectos do processo foram lembrados. Embora muitos se concentrem em seus aspectos jurídicos, o mais determinante para a deposição de Dilma foi o político.

Por isso vale voltar a um tema: a campanha muito violenta praticada pelo PT em 2014, cujas sequelas dificultaram demais a governabilidade de Dilma em seu segundo mandato.

Em sua excelente biografia do Partido dos Trabalhadores, Celso Rocha Barros, meu colega que assina coluna de política aos domingos nesta Folha, lembra

que uma das causas da insatisfação popular que desaguou no impedimento do presidente Fernando Collor foi o fato de ele ter dito, num dos debates eleitorais no segundo turno, que Lula sequestraria a poupança do trabalhador. No entanto, foi o Plano Collor que sequestrou essa poupança.

Surpreendentemente, Celso, no capítulo em que trata do impedimento de Dilma, se esqueceu de que a ex-presidente tinha colocado na propaganda petista no segundo turno o retrato de Aécio com Arminio Fraga, avisando aos eleitores que os dois promoveriam um ajuste fiscal. Sabemos que, reeleita, foi Dilma quem fez um ajuste fiscal com Joaquim Levy.

Adicionalmente, o PT introduziu dois elementos nocivos para a cultura política brasileira. O primeiro foi a prática de contratar gente cuja única função era criticar e estigmatizar seus adversários políticos. O gabinete do ódio bolsonarista é filho dos blogueiros independentes petistas.

O segundo foi usar a máquina pública para se reeleger de forma que não se usava antes. Os petistas, no segundo turno de 2014, a partir das bases de dados da CEF dos beneficiados do Bolsa Família e do MCMV, enviaram torpedos aos beneficiários avisando que, se Aécio ganhasse, acabaria com os programas sociais. Ação não muito diferente de colocar a Polícia Rodoviária

Federal para atrapalhar a ida às urnas de apoiadores da oposição, como fez em 2022 a PRF chefiada por Ramagem.

Essas práticas nocivas ajudaram a contaminar o ambiente político e a dificultar a governabilidade de Dilma em seu segundo mandato.


É comum achar que Bolsonaro gastou muito para tentar se reeleger em 2022. De fato, ele aprovou uma emenda constitucional, a PEC Kamikaze, alegando estado de emergência em razão da Guerra da Ucrânia, para poder desonerar os combustíveis e aumentar o gasto. Distribuiu dinheiro a taxistas e a outros grupos. Felizmente, em agosto de 2024, o STF considerou inconstitucional da PEC Kamikaze.

Menos reconhecido é o fato de ele, com toda a liberalidade de

gastar que teve em 2022, ter gastado menos que Dilma em 2014. Podemos dizer que a “presidenta altiva e honesta destruiu mais as contas públicas para se reeleger do que o genocida fascista”. Fato bem documentado em texto que preparei com colegas e pode ser baixado aqui.

Lembrar esses eventos tem importância histórica em si, pois ajuda a entender os fatos que desaguaram no impedimento da presidente Dilma, mas também é um aviso para o momento presente. Quando um presidente se elege prometendo muito e mentindo exageradamente, não consegue governar. Ganha a eleição e não leva.

P.S.: este texto complementa coluna anterior, de 2021, em que comparo o estelionato eleitoral de FHC de 1998 ao de Dilma de 2014.




banriway

A vida financeira do seu filho começa aqui.

A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul.

Para eles terem **mais autonomia e segurança.**



www.banrisul.com.br/banriway

Consórcio reafirma condição de assinar concessão do Cais Mauá

Governo do Estado garante que definição será ainda neste mês

/URBANISMO

Bruna Suptitz
contato@pensaracidade.com

Perto da data prometida pelo governo do Estado para uma definição sobre o futuro da concessão do Cais Mauá, o consórcio Pulsa RS, vencedor do leilão realizado em fevereiro de 2024, reafirmar estar apto a levar adiante o projeto. À coluna Pensar a cidade, Sérgio Stein, porta-voz do Pulsa RS, garante já ter cartas de intenção de empresas de diversos setores interessados em entrar no projeto – assim que a assinatura entre o Piratini e o consórcio confirmar a concessão da área.

É essa decisão que está agora nas mãos do governador Eduardo Leite (PSD): assinar o contrato e levar adiante a proposta defendida por ele desde o início do seu primeiro mandato, em 2019, ou voltar atrás e desistir do resulta-

do do leilão. O prazo informado à reportagem do Jornal do Comércio é o fim deste mês, portanto quinta-feira, 30 de abril. Ao consórcio, no entanto, não foi dada nenhuma resposta, nem se terá a assinatura, nem se a prorrogação de prazo para a assinatura, que foi solicitada em março, foi aceita pelo governo.

Depois de batido o martelo do leilão do Cais Mauá, em 6 de fevereiro de 2024, algumas exigências do edital deveriam ser cumpridas pelo consórcio Pulsa RS para confirmar o negócio. Mas, poucos dias antes do fim do prazo previsto para a assinatura, a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul naquele mesmo ano levou o governo a decretar situação de calamidade, o que suspendeu temporariamente o trâmite previsto no edital.

Encerrado o período de calamidade, em dezembro de 2025, nova data foi estabelecida para a

entrega de documentos e assinatura: 11 de março de 2026.

Um dia antes, o Pulsa RS pediu ao Piratini que fosse prorrogado o prazo. Conforme o edital, o consórcio tem direito de solicitar prorrogação do prazo para a assinatura do contrato. O documento não informa, no entanto, quantos dias podem ser concedidos, diz apenas que o pedido deve ser “por motivo justificado aceito pela autoridade responsável”. Na ocasião, o governo respondeu ao JC que o pedido seria analisado “técnica e juridicamente”.

A justificativa apresentada pelo consórcio foi a “necessidade de reanálise da viabilidade financeira e operacional do projeto, considerando fatos recentes que impactam o cenário do empreendimento, especialmente os desdobramentos relacionados à extensão do prazo contratual do Cais Embarcadero”.

Instalado dentro da área de



Leilão foi realizado em fevereiro de 2024 e prevê concessão de 30 anos

concessão, o Cais Embarcadero é fruto de um acordo firmado entre um grupo de empresários com o consórcio Cais Mauá do Brasil, que venceu o leilão da área em 2010, mas cujo contrato foi rompido pelo Piratini em 2019. Então o governo, já sob comando de Eduardo Leite, acolheu o projeto, sem submeter a ocupação da área à concorrência pública.

Inicialmente, o contrato do Embarcadero previa a permanência na área por cinco anos e

meio a partir do início da operação, que se deu em 2021. Em 2024, em função da enchente, o governo do Estado aceitou o pedido dos empresários para prorrogar por mais cinco anos a permanência no local. Isso se deu após já ter realizado o leilão do Cais Mauá, porém o acerto não passou pelo consórcio Pulsa RS.

A concessão do Cais Mauá tem prazo de 30 anos para exploração e investimento estimado em R\$ R\$ 353,3 milhões.